



D3.4 Documentation of Trainings including input for D3.5 Evaluation Report TEMPLATE

Portugal



Co-funded by the Intelligent Energy Europe
Programme of the European Union



Transparensense project

This document has been conducted within the framework of project “Transparensense – Increasing Transparency of Energy Service Markets” supported by the EU program “Intelligent Energy Europe”

www.transparensense.eu

Date

13 November 2013

Place

DGEG – Direcção Geral de Energia e Geologia

Authors

Paula Fonseca

Carlos Patrão

ISR-University of Coimbra

Portugal

www.isr.uc.pt

Disclaimer

The sole responsibility for the content of this report lies with the authors. It does not necessarily reflect the opinion of the European Union. Neither the EASME nor the European Commission are responsible for any use that may be made of the information contained therein.



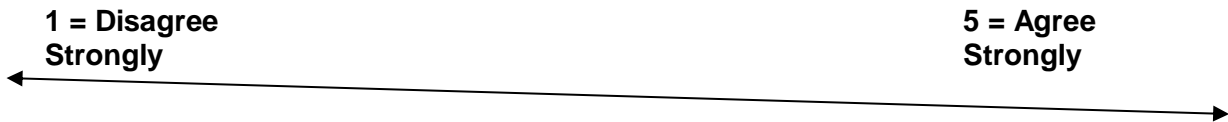
Contents

1	DESCRIPTION AND EVALUATION OF THE TRAINING	1
2	PHOTOS FROM THE TRAINING.....	4
	ANNEX 1 INVITATION.....	5
	ANNEX 2 AGENDA.....	6
	ANNEX 3 LIST OF PARTICIPANTS.....	7
	ANNEX 4 PRESENTATIONS.....	8

1 Description and evaluation of the training

Country	Portugal
Training No.	1
Date	13 November 2013
Title	Stimulating the EPC market in Portugal
Location	Lisbon, DGEG
Organised by	ISR-UC and DGEG
Hosting institution	DGEG
Training duration (hours)	3
Target groups	ESCOs
Number of participants	23
Minutes from the training (few bullet points on the content and approach)	<p>The objective of this seminar was to present the Transparense Project to the main key players in Portugal (ESCOs, governmental institutions, financial parties and facilitators) in particular to present the Code of Conduct, “to chase” for EPC pilots to test it, and to join forces and raise the discussion about the need to support EPC projects. The fact is that the Portuguese market is going through a stabilization stage and needs to be stimulated making investment funds available. Therefore the main focus was Financing, which is the main barrier for EPCs in Portugal:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Presentation of the project aim and activities • Presentation of the CoC • The role of the ESCO Association • Support and financing programmes

1 Average ratings received from the participants



4	The difficulty level was about right.
4	I can apply the information in my work on implementing EPC projects
4	The training met my professional educational needs .
5	The trainer actively involved me in the learning process.
4	As a result of this training, I feel more confident in my capacity to develop EPC projects

2 Summary of the evaluation by participants and response by the partners, especially conclusion on how the **future trainings should be improved**

a) **Strengths** of this training

Summary of the opinions by the participants	Response by the partner
---	-------------------------

The greatest strength of the seminar was the fact that the main portuguese stakeholders on EPC, including major national ESCOs, attended and discuss the main barriers for the implementation of EPC in Portugal. The participation of the banking sector was a plus arousing the interest of the participants.	-
---	---

b) **Weaknesses** of this training

Participants	Response by the partner
--------------	-------------------------

Talk more about financing issues.	During the next trainings we will take this in consideration.
-----------------------------------	---

c) Tips to **improve** the training

Summary of the opinions by the participants	Response by the partner
---	-------------------------

Adding more speakers to share experiences and work done on EPCs.	We will look for EPC projects implemented in Portugal and will try to have them in the workshops/trainings.
--	---

d) **Additional areas of training** to be included

Summary of the opinions by the participants	Response by the partner
<ul style="list-style-type: none"> - Financing schemes - Public procurement (EPCs) - Discuss difficulties of ongoing performance contracts 	It will be taken into account during the next events.

e) **Benefits** of the training for participants

Summary of the opinions by the participants	Response by the partner
Evolution of the market in other EU countries.	-

e) Feedback to the **Code of Conduct** from the participants

Summary of the opinions by the participants	Response by the partner
Adherence to a code of conduct can increase credibility to the consultancy business.	-

AGENDA of Seminar

15:00 - Welcome, Diretor Geral of Energy, Pedro Cabral, DGEG

15:15 - Presentation of Transparensense project and results of the national survey carried out in October 2013. Presentation of the European Code of Conduct, Pauls Fonseca and Carlos Patrão, ISR-UC

Discussion about the strategy to adopt the Code of Conduct in Portugal

15:45 – The role of the ESCO association towards EPCs market increase, Miguel Matias, APSEnergia

16:15 - Support Programmes to the Eco_AP framework: lessons and future steps, Tomás Vilela, National Energy Agency, ADENE

16:45 - JESSICA Fund and the Financing of ECO_AP programme and other integrated projects for urban development in the scope of Energy Efficiency, Pedro Couto, BEI

Discussion

2 Photos from the training



Documentation of Trainings



Annex 1 Invitation

Seminário: Estimular o mercado dos CDEs em Portugal

No âmbito do projeto Europeu Transparensense (www.transparensense.eu), o ISR-Universidade de Coimbra em colaboração com a Direção Geral de Energia e Geologia, estão a organizar o seminário: **Estimular o mercado dos Contratos de Desempenho Energético em Portugal**, com o objetivo de promover o desenvolvimento dos CDEs em Portugal, sendo certo que, apesar do recente enquadramento legal e normativo, o mercado está ainda pouco desenvolvido sendo caracterizado por um número significativo de empresas que no entanto oferecem uma gama de serviços limitada.

O projeto Transparensense é financiado pelo programa EIE, e tem como principal objetivo aumentar a transparência e honestidade dos mercados dos CDE por toda a Europa. São vinte os parceiros do projeto, de países onde o mercado dos CDE está já bem desenvolvido ou ainda num estágio embrionário. Isto faz com que o projeto tenha um elevado potencial no desenvolvimento e estabelecimento do mercado Europeu de CDE, alcançando substanciais poupanças energéticas.

Os Contratos de Desempenho Energético podem resultar em poupanças energéticas significativas nos países da UE. Estes CDE baseiam-se no princípio da recuperação do investimento diretamente através das poupanças energéticas das medidas implementadas. Atualmente existe alguma falta de transparência nos mercados Europeus de serviços de eficiência energética. O projeto Transparensense irá desenvolver um código de conduta para o estabelecimento de CDE, de forma a transmitir maior transparência e qualidade dos serviços de energia fornecidos. Adicionalmente irá contribuir para melhorar o conhecimento e o entendimento, deste tipo de contratos, ainda pouco divulgados/disseminados.

Dia e Hora: 13 Novembro 2013, 15:00h

Local: DGEG

Rua 5 de Outubro, nº87, Lisboa





Carlos Patrão <carlospatraz@gmail.com>

Projeto Europeu Transparens: Convite para participar numa reunião dia 13 de Novembro

Paula Fonseca <pfonseca@isr.uc.pt>

Wed, Oct 23, 2013 at 5:42 PM

To: "\"(DGEG) Cristina Maria Simões Cardoso\"" <cristina.cardoso@dgge.pt>, "diretor.geral@dgeg.pt" <diretor.geral@dgeg.pt>, João Correia Bernardo <Joao.Bernardo@dgge.pt>, Tomás Vilela <tomas.vilela@adene.pt>, Filipe Vasconcelos <filipe.vasconcelos@adene.pt>, Cláudio Monteiro <cdm@fe.up.pt>, Carlos Capelo <carlos.capelo@galpenergia.com>, António José Coutinho <AntonioJose.Coutinho@edp.pt>, Miguel Matias <miguel.matias@selfenergy.eu>, GONZALEZ COUTO ALMEIDA Pedro <pedro.couto@eib.org>, Jorge Rodrigues de Almeida <consultor.energia@gmail.com>, Jorge Araujo <jorge.araujo@smartwatt.pt>, "\"João C. Pombo\"" <jcpombo@isq.pt>, Luis Ribeiro <luis.ribeiro@ewen-energy.com>, AGEFE - Daniel Ribeiro <daniel.ribeiro@agefe.pt>, luis.caterna@siemens.com, dominique.rosa@cofely-gdfsuez.com, luis.hagatong@pt.schneider-electric.com, daniel.quartel@honeywell.com, ppinheiro@ferrovia.es, Dinis Rodrigues <dinis.rodrigues@dgeg.pt>, Carlos Patrão <carlospatraz@isr.uc.pt>, "Anibal T. de Almeida" <adealmeida@isr.uc.pt>, Helder Marques <helder.marques@smartwatt.pt>, Ricardo.correia.Duarte@bancobpi.pt



Caros Colegas,

No âmbito do Projecto Europeu Transparens (www.transparens.eu), que visa promover os EPCs em Portugal e na Europa, e cientes do maior interesse nesta matéria, venho convidar V. Exa a participar numa reunião, a realizar em Lisboa nas instalações da DGEG, no dia 13 de Novembro, com início às 15:00. Esta reunião organizada pelo ISR-UC em colaboração com a DGEG, pretende ser um evento de discussão sobre a situação nacional do mercado dos serviços de energia em Portugal, e em particular dos EPCs, envolvendo os principais agentes do mercado.

Agradeço a confirmação da vossa presença na referida reunião, através do email: pfonseca@isr.uc.pt o mais brevemente possível.

Agenda da reunião:

15:00 Boas vindas, Sr. Director Geral de Energia

15:15 Apresentação do projecto Transparens e do Survey recente sobre o mercado em Portugal dos SEE, e apresentação do Código de Conduta Europeu (que ser-vos-á enviado com devida antecedência), ISR-UC

Discussão sobre a estratégia em Portugal para adoptar o Código de Conduta

15:45 O papel da APESE na promoção dos SEE/EPCs, Miguel Matias, APESEnergia

16:15 Fundo de Eficiência Energética e ECO-AP: lições aprendidas e passos futuros, Tomás Vilela, ADENE

16:45 Fundo JESSICA e o financiamento do programa Eco-AP e outros projetos integrados de desenvolvimento urbano no

âmbito da eficiência energética, Pedro Couto, BEI

Discussão

18:00 Encerramento

Na expectativa de uma resposta positiva, despeço-me enviando saudações cordiais,
Paula Fonseca

Paula Fonseca
Institute of Systems and Robotics
Dep. Electrical & Computer Eng. Tel: [+351-239-796325](tel:+351-239-796325)
University of Coimbra Fax: [+351-239-406672](tel:+351-239-406672)
3030-290 Coimbra Email: pfonseca@isr.uc.pt
Portugal

Documentation of Trainings



Annex 2 Agenda

Agenda:

15:00 Boas vindas, Sr. Diretor Geral de Energia, Pedro Cabral, DGEG

15:15 Apresentação do projeto Transparensense e do Survey recente sobre o mercado em Portugal dos SEE, e apresentação do Código de Conduta Europeu, Aníbal de Almeida, ISR-UC

Discussão sobre a estratégia em Portugal para adoptar o Código de Conduta

15:45 O papel da APESE na promoção dos SEE/EPCs, Miguel Matias, APES Energia

16:15 Programas de suporte ao Eco.Ap: Lições aprendidas e passos futuros, Tomás Vilela, ADENE

16:45 Fundo JESSICA e o financiamento do programa Eco-AP e outros projetos integrados de desenvolvimento urbano no âmbito da eficiência energética, Pedro Couto, BEI

Discussão final

Agradecemos antecipadamente a vossa colaboração. Contamos com todos!

Com os nossos melhores cumprimentos,

O Diretor do ISR-Universidade de Coimbra



Prof. Aníbal Traça de Almeida













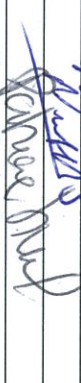













Documentation of Trainings



Annex 3 List of participants

Seminário: Estimular o mercado dos CDEs em Portugal

13 Novembro 2013

Nome	Instituição	Contacto	Assinatura
Aníbal Traça de Almeida	ISR-Universidade de Coimbra	adealmeida@isr.uc.pt	
António José Coutinho	EDP Comercial - Comercialização de Energia, S.A.	antoniojose.coutinho@edp.pt	
António Vilarinho	ISQ	amvilarinho@ISQ.pt	
Carlos Capelo	Galp Soluções de Energia	carlos.capelo@galpenenergia.com	
Carlos Patrão	ISR-Universidade de Coimbra	carlospatrao@isr.uc.pt	
Cristina Simões Cardoso	DGEG	cristina.cardoso@dgge.pt	
Daniel Ribeiro	AGEFE	daniel.ribeiro@agefe.pt	
Duarte Sousa	Hemera Energy	dsousa@hemeraenergy.com	
Helder Marques	SmartWatt	helder.marques@smartwatt.pt	
Javier Rodriguez Alfonso	Ferrovial Serviços Portugal	jralfonso@ferrovial.com	
João C. Pombo	ISQ	jpgombo@ISQ.pt	
João Durana	Ferrovial Serviços Portugal	joao.durana@ferrovial.com	
Jorge Araújo	SmartWatt	jorge.araujo@smartwatt.pt	
Jorge Rodrigues de Almeida	Consultor/CMG/HELENA	consultor.energia@gmail.com	
Luis Hagatong	Schneider Electric	luis.hagatong@schneider-electric.com	
Luis Ribeiro	Ewen	luis.ribeiro@ewen-energy.com	
Miguel Matias	APSEnergia/Selfenergy	miguel.matias@selfenergy.eu	
Nuno Teixeira	Montepio-Banca de Investimento	NTTeixeira@montepio.pt	
Patrícia Vieira Silva	Montepio-Banca de Investimento	AVSilva@montepio.pt	
Paula Fonseca	ISR-Universidade de Coimbra	pfonseca@isr.uc.pt	
Pedro Cabral	DGEG	diretor.geral@dgge.pt	
Pedro Couto	BEI	pedro.couto@eib.org	
Sofia Tavares	EDP Comercial - Comercialização de Energia, S.A.	sofia.tavares@edp.pt	
Tomás Vilela	ADENE	tomas.vilela@adene.pt	

V. TOR DUARTE

Schneider Electric

V. TOR DUARTE @schneider-electric.com

Documentation of Trainings



Annex 4 Presentations

Increasing Transparency of Energy Services Markets

Aumentar a Transparência dos Mercados de Serviços de Energia

Acrónimo do projeto: **Transparensense**

Duração do projeto: Abril 2013 – Setembro 2015

Aníbal Traça de Almeida, Paula Fonseca, Carlos Patrão - ISR-Universidade de Coimbra



Agenda



15:00 Boas vindas, Sr. Director Geral de Energia, Pedro Cabral

15:15 Apresentação do projecto Transparensense e do Código de Conduta Europeu,
Aníbal de Almeida, Paula Fonseca e Carlos Patrão - ISR-UC

Discussão sobre a estratégia em Portugal para adoptar o Código de Conduta

15:45 O papel da APESE na promoção dos SEE/EPCs, Miguel Matias – APESEnergia/Selfenergy

16:15 Programas de suporte ao ECO-Ap: lições aprendidas e passos futuros, Tomás Vilela -
ADENE

16:45 Fundo JESSICA e o financiamento do programa Eco-AP e outros projetos integrados de
desenvolvimento urbano no âmbito da eficiência energética, Pedro Couto - BEI

Discussão final



Eficiência Energética

Instrumento precioso para uma economia mais eficiente



Aumento da dependência das importações de energia
Escassez de recursos energéticos
Necessidade de limitar as alterações climáticas
Superar a crise económica

Eficiência Energética

Acelerar a difusão de soluções tecnologicamente inovadoras
Melhorar a competitividade da indústria
Impulsionando o crescimento económico e a criação de postos de trabalho de alta qualidade



Recomendações

(ChangeBest, Maio 2012)

Ações de informação e sensibilização

- Conhecer, comunicar e consciencializar

Incentivos para contratar serviços energéticos

- Subsídios, reduções fiscais, deduções fiscais, ...

Certificação /acreditação, harmonização dos procedimentos de M&V

- **Credibilizar empresas e serviços**, avaliar o mérito dos projectos

Facilitar o financiamento: mecanismos adequados

- Fundos de garantia, empréstimos a juros baixos (fundos rotativos),

Maior financiamento público na eficiência energética

- O setor público deve dar o exemplo no apoio aos SEE

Operacionalizar o Fundo de Eficiência Energética

Liberalização de mercado -> Possibilidade de atuar como ESCO, **intermediando entre a Utility e o cliente final**

Dar mais visibilidade e protagonismo à APESE

Enquadramento legal apropriado



Parceiros & Contactos

Coordenador: SEVEn – The Energy Efficiency Center, Czech Republic

Contacto: Jana Szomolányiová | jana.szomolanyiova@svn.cz



Em Portugal: Paula Fonseca, Carlos Patrão, Aníbal Traça de Almeida
pfonseca@isr.uc.pt, carlospatrao@isr.uc.pt, adealmeida@isr.uc.pt

EEVS	EEVS Insight
IJS	Jozef Stefan Institute
BEA	Berliner Energieagentur GmbH
IVL	IVL Swedish Environmental Research Institute Ltd.
Factor4	Factor4
e7	e7 Energie Markt Analyse GmbH
BSERC	Black Sea Energy Research Center
DTTN	Trentino Technological Cluster S.c.ar.l.
LEI	Lithuanian Energy Institute
ECN	Energy research Centre of the Netherlands
KAPE	The Polish National Energy Conservation Agency
ISR-UC	ISR - University of Coimbra
ECB	Energy Centre Bratislava
ESCAN	Escan s.l.
REACM	Anatoliki Development Agency of Eastern Thessaloniki's Local Authorities S.A
GDI	GreenDependent Institute Nonprofit Ltd
Ekodoma	Ekodoma
ECNet	Energy Consulting Network
NEE	Norsk Enøk og Energi AS

United Kingdom
Slovenia
Germany
Sweden
Belgium
Austria
Bulgaria
Italy
Lithuania
Netherlands
Poland
Portugal
Slovakia
Spain
Greece
Hungary
Latvia
Denmark
Norway



Co-funded by the Intelligent Energy Europe
Programme of the European Union

Transparensense project No: IEE/12/678/SI2.644737

Visit www.transparensense.eu

Expectativas ...

- **Contratos de Desempenho Energético (CDE):**
proporcionam economias de energia substanciais baseando-se no princípio da recuperação do investimento diretamente através das poupanças energéticas das medidas implementadas.
- Vinte parceiros, de países com um mercado bem desenvolvido ou ainda num estágio embrionário, fazem com que o projeto **tenha um elevado potencial no desenvolvimento e estabelecimento do mercado Europeu de CDE,** alcançando **substanciais poupanças energéticas.**



Objetivos do projeto

Estimular o mercado dos CDEs na Europa



Aumentar a **transparência e credibilidade** dos mercados dos CDEs por toda a Europa através do **desenvolvimento de um CoC Europeu**, assegurando a qualidade do fornecimento dos SEE.

Contribuir para **melhorar o conhecimento e o entendimento**, deste tipo de contratos, ainda pouco divulgados/disseminados.

Apoiar a **transferência de know-how e trocas de experiência** entre os participantes.

Desenvolver **programas de formação** para as ESEs por forma a garantir a aprovação e aplicação do CoC nos novos contratos (CDE).

Proporcionar uma **visão abrangente do mercado de CDEs em toda a Europa** através do desenvolvimento de **uma completa base de dados on-line** com as ESCOs, associações ESCOs, modelos de EPCs, modelos de financiamento e políticas relacionadas.

Melhorar a **institucionalização dos mercados de CDEs**, promovendo a criação de associações ESEs e networking.



Factores impulsionadores do mercado dos serviços energéticos



- Obrigações estabelecidas pela legislação
- Procura de maior competitividade
- Variação do custo da energia primária
- Legislação penalizadora de más práticas ambientais
- Constatação de que o objetivo de redução fixado para 2020 (20% de poupança de energia primária em 2020) não seria cumprido –: “As mais recentes estimativas da Comissão indicam que a União atingirá apenas metade do objectivo de 20% em 2020” (COM(2011) 370 Final). A análise do segundo plano de acção veio confirmar que a União não está no bom caminho.



O Transparensse no contexto nacional atual



Necessidade de aumentar a competitividade

- Aumento dos preços da energia (IVA , aumento do preço da electricidade e imposto especial sobre o consumo)

Elevado potencial de redução nos edifícios do sector público

- Conta de energia da AP > 500M€/ano (PNAEE)
- *“em cada semana que passa, o estado perde um milhão de euros por não estar a poupar...”*

DL 29/2011

(regime jurídico aplicável à formação e execução de CDEs)

- Consagra o lugar que o sector público deve desempenhar na promoção e desenvolvimento dos CDEs

Obrigações estabelecidas pela legislação (EED, EPBD, RES)

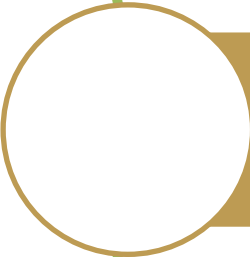
- RCM nº 20/2013 estabelece para Portugal, para o horizonte de 2020, um objetivo geral de **redução no consumo de energia primária de 25%** e um objetivo específico para a **Administração Pública de redução de 30%**




Principais tarefas do projeto I



Visão geral sobre o mercado de CDEs em toda a Europa, e criação de uma base de dados online



Aumentar a transparência dos mercados de CDEs através do **desenvolvimento/fortalecimento de capacidades e transferência de conhecimentos e benchmarking** da oferta de CDEs.



Programas de formação para ESEs, adaptados a cada realidade
(deixamos desde já o repto às ESCOs, aos bancos, aos facilitadores, para colaborarem connosco nestas acções de formação)



Principais tarefas do projeto II

3 Ações de Formação/Workshop direcionadas principalmente a ESEs e empresas que querem iniciar a sua actividade na área dos CDEs

Desenvolver **Código de Conduta Europeu** para o estabelecimento de CDEs (para transmitir maior transparência, fomentar a confiança e melhorar a qualidade dos serviços de energia fornecidos)

Teste do CoC através de projetos piloto CDEs que servirão de exemplos de boas práticas



Âmbito do Transparensense – CDE com economias garantidas



▪ Definição de CDE de acordo com a Directiva EED (2012/27/UE):

“um acordo contratual celebrado entre o beneficiário e a parte que aplica uma medida de melhoria da eficiência energética, verificada e acompanhada durante todo o período do contrato, nos termos do qual os investimentos (obra, fornecimento ou serviço) nessa medida são pagos por contrapartida de um nível de melhoria da eficiência energética definido contratualmente ou de outro critério de desempenho energético que tenha sido acordado, nomeadamente economias financeiras”

- **„economias garantidas“** (definida no Anexo XIII da EED):
„economias garantidas mediante a execução das medidas previstas no contrato“



Apesar das expectativas altas, o mercado está ainda pouco desenvolvido

(snapshot: 13 ESEs+ 3 bancos)

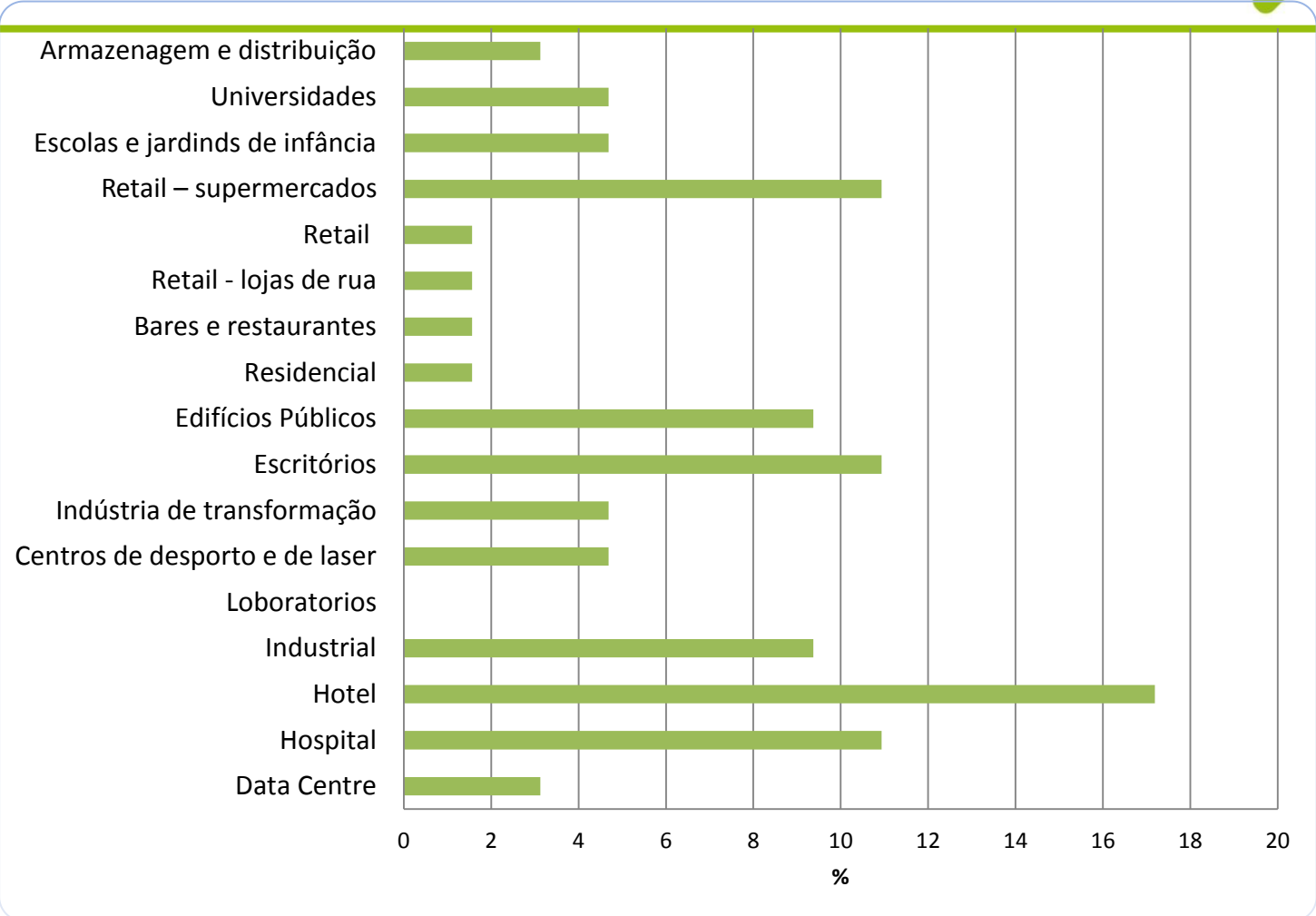


- Nº de ESEs ativas : cerca de 40
- Mercado de CDEs: pequena mudança (50%) e ligeiro crescimento (44%) e grande crescimento (PVs) (6%)
- Principais clientes: setor empresarial privado
- Contratos de poupanças garantidas e partilhadas
- Valor médio dos projetos: 200 000-500 000 euros
- É sempre realizada uma auditoria (plano financeiro+M&V)
- Risco: termos do contrato baseados em KWh ou num preço de energia fixo
- Financiamento mix: ESE, cliente, TPF, leasing
 - 25%: *Off balance sheet (project finance)*

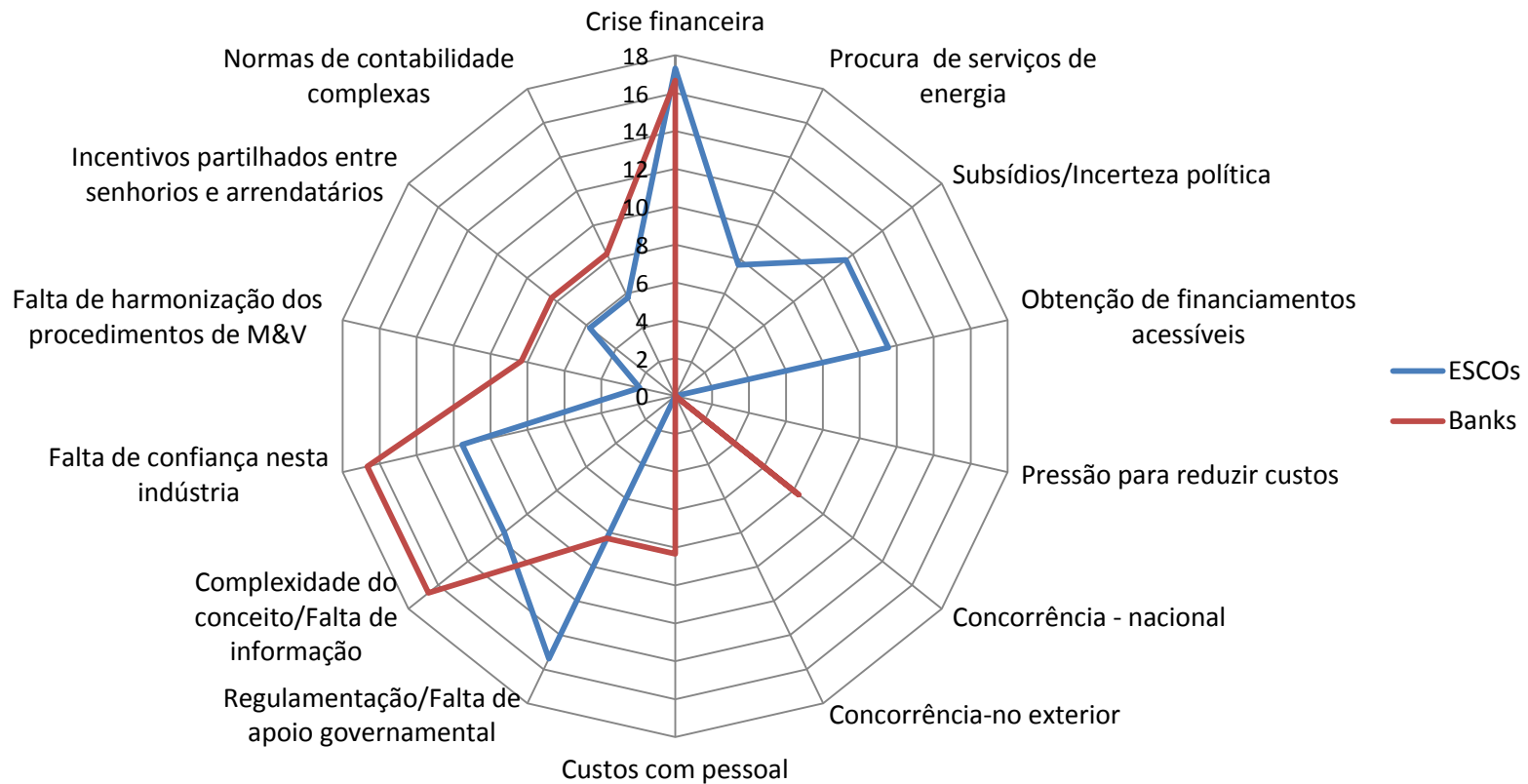


Survey sobre o mercado em PT

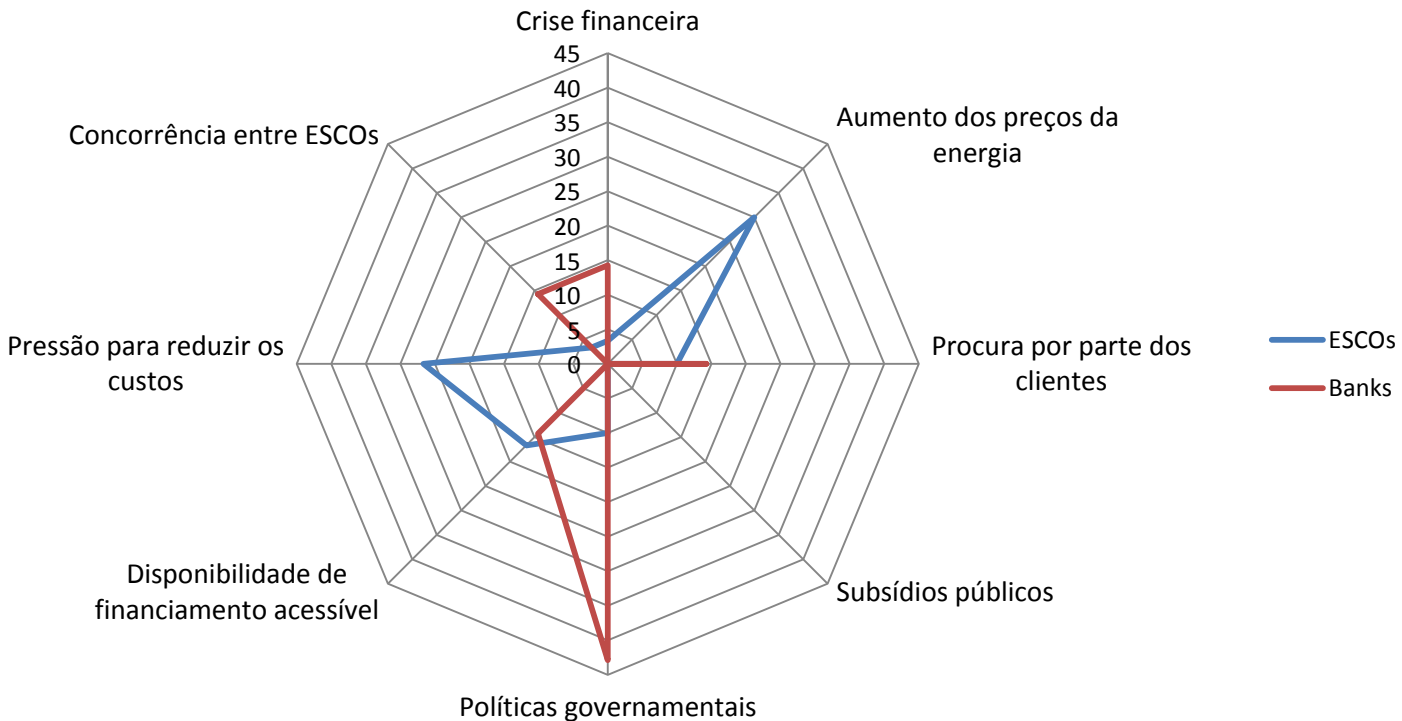
Projetos por sub-setor



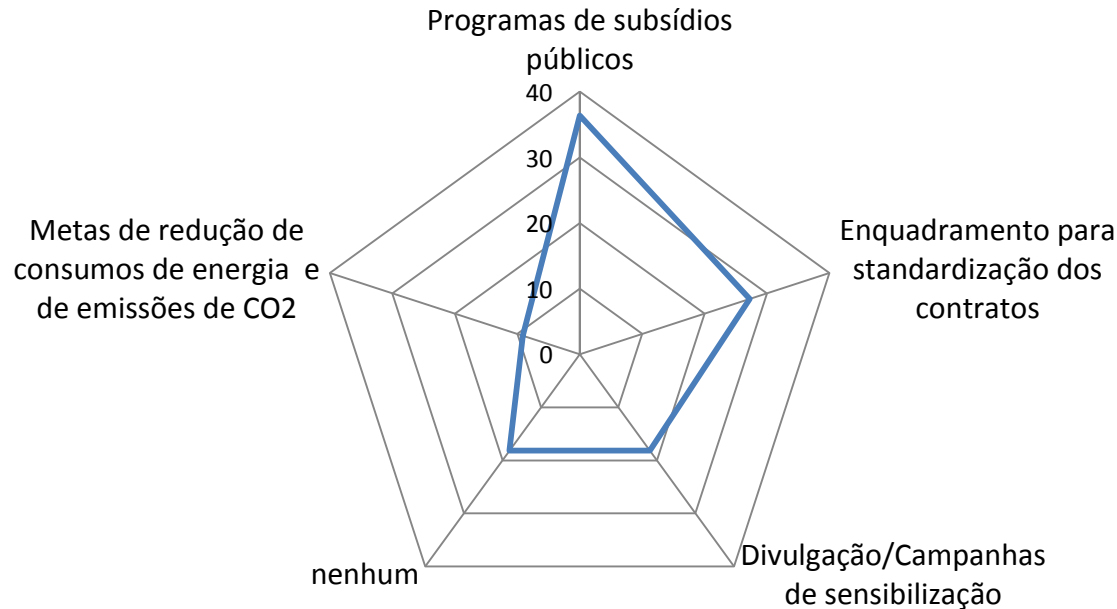
Quais é que pensa serem as principais barreiras para os CDEs?



Quais é que pensa serem os principais factores motivadores para os CDEs?



Existem mecanismos em Portugal para incentivar os CDEs?



“Não há mecanismos disponíveis para estimular/promover o estabelecimento de CDE, mas têm estado em discussão entre as entidades governamentais nos últimos 3 anos”

Como julga a política do governo no que diz respeito ao apoio do desenvolvimento dos EPCs?

Ineficaz a muito ineficaz

Como julga o apoio do governo no que diz respeito à eficiência energética?

Ineficaz a muito ineficaz, mas 4 disseram eficaz



Esforços necessários para fomentar projetos e alcançar os objetivos de redução

Cativar/mobilizar
clientes para estes
serviços

Agilizar os
concursos e os
contratos

Mecanismos de
Financiamento
adequados e
interessantes

- Fácil acesso a informação internacional sobre os CDEs (know-how e experiência)
- Aumentar a transparência, tomar decisões mais informadas
- Novos fornecedores de CDEs
- Código de Conduta estabelece um selo de qualidade
- Melhorar a qualidade dos CDEs no mercado
- Aumento da procura de CDEs
- Crescimento do mercado a longo prazo
- Poupanças de energia muito significativas e rentáveis (48.000 tep/ano de energia primária; 134.000 t CO₂e/ano em 2020)

Código de Conduta Europeu

O que é?

Porquê usar?

Objectivos, Valores e Princípios.

Avaliação do Código de Conduta Europeu em projectos piloto



O que é?



- O projecto Transparensense irá criar um Código de Conduta Europeu genérico;
- Define os valores básicos, **princípios**, **regras e expectativas**, **comportamentos e relações**, fundamentais para o êxito da preparação e implementação de projectos CDE;
- Conjunto de princípios que descrevem o comportamento esperado das ESEs (principalmente) e Clientes (em segundo lugar) na elaboração e implementação de projectos CDEs;
- O Código de Conduta serve como um quadro para a tomada de decisão dentro do campo ético, e destina-se:
 - Empresas de Serviços de Energia-ESEs
 - Clientes e “facilitadores” de CDEs.



O que é?

- É um **compromisso voluntário** e não juridicamente vinculativo;
- O Código de Conduta representa um mecanismo fundamental para assegurar o **profissionalismo na elaboração do CDE**;
- É também um indicador dos requisitos de **qualidade para novas ESEs** que entram no mercado;
- Indicador de **qualidade para os Clientes**: o que eles devem esperar e exigir das ESEs e, ao mesmo tempo quais os princípios que eles próprios devem seguir para que o CDE seja implementado satisfazendo todas as partes envolvidas.



Porquê usar?

- As ESEs e os Clientes elaboram os seus negócios baseados numa estrutura de leis, regulamentos e **políticas internas**, no entanto estes **não determinam todo o comportamento inerente aos CDEs**;
- É importante, entender exactamente o que o CDE representa e **o que podem esperar um do outro**;
- O Código de Conduta para CDEs é uma visão profunda do que as ESEs e Clientes acreditam ser a excelência de um CDE, e elabora um retrato de como os Clientes e empresas de serviços de energia podem esperar ser tratados ao longo do processo.



Porquê usar?

- Ao aderir aos valores fundamentais do Código de Conduta para CDEs, as ESEs e os Clientes podem **criar bases sólidas** para desenvolver parcerias de trabalho **com base na responsabilidade e confiança**;
- É uma **ferramenta de comunicação**, uma indicação profissional que informa as partes interessadas internas e externas sobre o que é valorizado pelo mercado dos CDEs, fornecendo informações sobre as melhores práticas para o CDE;



Objectivos

- Definir um conjunto de regras para a implementação dos CDEs, para apoiar o desenvolvimento de um **mercado transparente e honesto de alta qualidade** em toda a Europa;
- Melhorar a confiança no mercado de CDE;
- Promover a aplicação dos melhores princípios internacionais de qualidade, metodologias e boas práticas por todas as partes envolvidas.



Objectivos

- Fornecer a visão de que o CDE é um esforço para melhoria da eficiência energética;
- Preparar uma estrutura sobre a qual o CDE é construído com profissionalismo;
- Produzir um conjunto de princípios comuns de referência para antecipar e prevenir comportamentos inaceitáveis e acções inadequadas;
- Desenvolver, identificar e promover compromissos voluntários de boas práticas;
- Apresentar garantia e elementos de qualidade, para que o mercado ganhe confiança nos CDEs;
- Fornecer base de referência e sensibilizar, envolvendo todas as partes interessadas.



- O Código de Conduta para CDEs enumera os valores que tornam única a abordagem ao CDE e que **permitem** que as empresas de serviços energéticos se **destaquem perante organizações similares**;
- Encontrar as melhores soluções disponíveis e honrar os compromissos;
- Promover valores e princípios dos CDEs por ESEs e Clientes empenhados no sucesso dos projectos.

- Os valores básicos dos fornecedores de serviços de eficiência energética geridos de acordo com a abordagem dos CDEs, que caracterizam uma abordagem eficaz, transparente e profissional para gerir projectos CDE, são:
 - ❑ Eficiência:
 - ❑ Poupanças energéticas
 - ❑ Eficiência económica
 - ❑ Sustentabilidade
 - ❑ Transparência:
 - ❑ Honestidade
 - ❑ Compreensão
 - ❑ Pensamento a longo prazo
 - ❑ Transparência em todas as etapas
 - ❑ Comunicação clara e honesta
 - ❑ Profissionalismo:
 - ❑ Perícia
 - ❑ Trabalho de alta qualidade
 - ❑ Preocupações ao nível da higiene e segurança
 - ❑ Bom nome no sector e projecto
 - ❑ Confiança
 - ❑ Responsabilidade
 - ❑ Respeito
 - ❑ Objetividade

Princípios

- A principal característica de projectos CDE é a garantia de economia de energia durante toda a duração do período contratual;
- O CoC é composto por **oito princípios importantes**, decorrentes de valores fundamentais, que definem o ponto de **referência em termos éticos e comportamento**;
- Estes princípios são directrizes para qualquer acção/decisão relacionada com projectos CDE;
- Estes princípios esclarecem os padrões de comportamento que são esperados principalmente pelas ESEs e, secundariamente, pelos Clientes.



Princípios

1. O projecto CDEs tem de ser economicamente eficiente;
2. Os projetos CDEs devem ser sustentáveis;
3. O relacionamento entre o Cliente e a ESE deve ser de longa duração e leal;
4. Todas as etapas do processo de implementação do CDE devem ser transparentes, podendo ser certificadas e justificadas;
5. Financiamento de projectos de implementação de CDEs;
6. Os projetos CDEs são desenvolvidos por especialistas;
7. As ESEs e os Clientes têm um interesse comum no sucesso CDE;
8. A ESE preocupa-se com a qualidade e ética em todas as etapas de implementação do projecto.



Avaliação do Código de Conduta Europeu em projectos piloto



- Avaliação da “qualidade” dos CDEs actualmente implementados em Portugal (online survey – Fim de Nov);
- Acompanhar o processo de elaboração de projectos piloto de CDEs;
- Avaliar, através de questionário, se os princípios do Código de Conduta Europeu foram ou não seguidos durante as etapas de elaboração do CDE;
- Clausula nos CDEs com referência ao CoC?



13
Novembro
2013

Código de Ética para EPCs e a APESE

Miguel Matias
Presidente da APESEnergia

Os Valores em jogo

- **Eficiência**

- Poupanças energéticas
- Eficiência económica
- Sustentabilidade

- **Profissionalismo**

- Especialista, Trabalho de alta qualidade
- Preocupações ao nível da higiene e segurança
- Bom nome no sector e projecto
- Confiança. Responsabilidade.
- Respeito
- Objetividade

- **Transparência**

- Honestidade
- Compreensão
- Pensamento a longo prazo
- Transparência em todas as etapas
- Comunicação clara e honesta

Princípios que podemos seguir

- ✓ Os projetos CDEs devem ser economicamente eficientes
- ✓ Os projetos CDEs devem ser sustentáveis
- ✓ O relacionamento entre o Cliente e a ESE deve ser de longa duração e leal
- ✓ Todas as etapas do processo de implementação do CDE devem ser transparentes, podendo ser certificadas e justificadas
- ✓ O Financiamento de projectos CDEs não tem de ser da ESE
- ✓ Os projetos CDEs são desenvolvidos por especialistas
- ✓ As ESEs e os Clientes têm um interesse comum no sucesso do CDE
- ✓ A ESE preocupa-se com a qualidade e ética em todas as etapas de implementação do projecto

Próximos Passos com APESE?

- Etapa 1: Criar grupos de trabalho (para monitorização, relatórios, boas práticas), envolvendo todas as partes interessadas. - **APESE pode desenvolver**
Talvez falte um princípio sobre a concorrência
- Etapa 2: Desenvolver benchmarks, possibilidades de melhoria dos CDEs e um roteiro do Código de Conduta, incluindo o desenvolvimento do seu logótipo. **Quem?**
- Fase 3: Recolher dados de execução e resultados alcançados, acordados com as partes interessadas, analisá-las e reportar a fixação de metas e acções voluntárias. **Quem? Com que custo e estrutura?**
- Fase 4: Revisão contínua para identificar as melhores práticas estabelecendo orientação e apoio.

Questões paralelas

- O mercado de energia é um mercado regulado. Será que a regulamentação tem ética e código de conduta?
- Como poderemos certificar que a regulamentação busque os mesmos princípios de eficiência econômica e sustentabilidade ?
- Como podemos obrigar que essa regulamentação se sujeite a estes princípios?

Ex: regulamentação em discussão para auto-consumo... Devemos buscar a eficiência, a liberdade de escolha e a sustentabilidade. Estamos a fazê-lo?

ECO.AP

Contratos de Performance Energética

Apresentação

Lisboa

Novembro de 2013

Objetivo principal:

- obtenção até 2020, nos serviços, organismos da administração pública e equipamentos públicos, de um nível de eficiência energética na ordem dos 30%, em face dos actuais valores,

Objetivos acessórios:

- desenvolvimento de um *cluster* industrial associado à promoção da eficiência energética
- desenvolvimento do sector das empresas de serviços energéticos, potenciando a criação de um mercado de serviços de energia
- combate ao desperdício e à ineficiência dos usos de energia em todas as suas vertentes, promovendo a alteração de hábitos e comportamentos, essencial para garantir a competitividade da economia e a qualidade do ambiente

O Eco.AP é composto por 3 pilares



Contratos de Performance Energética

1. Apoio Técnico e Suporte ao Programa Eco.Ap
2. Próximos Passos
3. Lições Aprendidas

Foram criadas várias medidas de suporte ao programa Eco.AP:

Apoio do FEE (Fundo de Eficiência Energética).

- Aviso 5 – CE.Estado 2012

Apoio do FAI (Fundo de Apoio à Inovação).

- Aviso 1- Projetos de Demonstração de Contratos de Gestão de Eficiência Energética em edifícios

Apoio Técnico pela ADENE, apoiado pelo BEI (programa ELENA).

Suportes ao Programa

FEE Aviso 5 - CE.Estado 2012

- Financia medidas que visem a execução dos estudos prévios, as análises técnicas e a criação de ferramentas e metodologias de análise conducentes à Certificação Energética e da Qualidade do Ar Interior, dos edifícios e sistemas integrantes do Programa ECO.AP, ou no caso de esta não ser obrigatória, auditorias que possibilitem a identificação de baselines de consumos de energia para utilização no Programa ECO.AP.
- Limitado a €25.0000 somente destinado a entidades públicas
- O Aviso encontra-se encerrado e os resultados divulgados.



Suportes ao Programa

Obtiveram parecer favorável as seguintes candidaturas/edifícios:

- Centro Hospitalar Cova da Beira
- Instituto Superior Técnico
- Centro Hospitalar Tamêga e Sousa, EPE
- UTAD
- Instituto Politécnico da Guarda
- Instituto Politécnico de Setúbal
- ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa
- Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo
- Faculdade de Ciências e Tecnologia UNL
- Centro Hospitalar do Médio Tejo, E.P.E.

4 Hospitais
6 Universidades

30%
de eficiência
energética

Suporte ao Programa

fai

Fundo de Apoio à Inovação

FAI Aviso 1-Contratos de Gestão de Eficiência Energética em edifícios

- O Aviso destina-se a Demonstração de Contratos de Gestão de Eficiência Energética em edifícios.
- O Aviso possui 2 fases:

A primeira fase consistia na seleção dos edifícios que serão objeto de um contrato de prestação de serviços de gestão de eficiência energética.

A segunda fase do Concurso consiste na seleção das Empresas de Serviços Energéticos que celebrarão um contrato de gestão de eficiência energética com os edifícios selecionados.

30%
de eficiência
energética

Suporte ao Programa

fa*i*

Fundo de Apoio à Inovação

FAI Aviso 1-Contratos de Gestão de Eficiência Energética em edifícios

- A primeira fase do Concurso consistia na seleção dos edifícios em 3 tipologia utilização:
 - Escritórios;
 - Unidades privadas de saúde com internamento;
 - Serviços hoteleiros.
- Somente existiram candidatos às tipologias Escritórios e Serviços hoteleiros.

30%
de eficiência
energética

Suporte ao Programa

faⁱ

Fundo de Apoio à Inovação

FAI Aviso 1-Contratos de Gestão de Eficiência Energética em edifícios

- A segunda fase é constituída por 2 etapas:
Primeira Etapa: as ESE podem submeter uma proposta tendo por base a documentação fornecida e uma auditoria “Simples” (*walkthrough*) a realizar aos edifícios;
Segunda Etapa: transitam para a segunda etapa as duas ESE cujas propostas apresentem melhor pontuação em cada tipologia de edifício, sendo estas convidadas a realizar uma auditoria “Detalhada” ao edifício.

A primeira etapa encontra-se em decurso aguardando-se o resultados das propostas entregues.

ELENA

- A ADENE com apoio do Banco Europeu de Investimento (BEI) no âmbito do European Local Energy Assistance (ELENA) encontra-se a desenvolver, desde 15 de Outubro, um programa destinado a promover e apoiar Contratos de Eficiência Energética no âmbito do programa Eco.AP.
- O projeto tem como fim promover os estudos técnicos de suporte à implementação de medidas de eficiência em sistemas consumidores da Administração Pública.
- Região de Lisboa e Vale do Tejo.



Próximos Passos

- Análise dos resultados do Aviso 1 do FAI.
- Implementação do programa Eco.AP em 4 hospitais (cujos estudos prévios foram apoiados pelo Aviso 5 do FEE).
- Apoio na preparação dos contratos de performance dos edifícios objecto de apoio do aviso 5 do FEE.
- Preparação de concursos no âmbito do ELENA (LVT)

- O feedback do Aviso 1 FAI vai dar pistas importantes sobre o procedimento;
- Apoio e coordenação entre as diversas entidades é essencial.
- Administração Pública tem que ser apoiada.

O crescimento começa nas cidades

O fundo JESSICA e o financiamento do programa Eco-AP e outros projetos integrados de desenvolvimento urbano no âmbito da eficiência energética

Fundo JESSICA como um piloto dos Instrumentos Financeiros 2014-2020

- Instrumento de Engenharia Financeira que combina fundos de todos os PO Regionais de Portugal Continental
- Recebe fundos FEDER de várias medidas e eixos, harmonizando os objetivos
- Presidido por todas as Autoridades de Gestão Intervenientes
- Alavanca fundos públicos com fundos privados numa escala de 1 para 5
- Financia projetos promovidos por promotores públicos (20%) e privados (80%)

Fundo JESSICA como um piloto dos Instrumentos Financeiros 2014-2020

- > Iniciativa conjunta Comissão Europeia + BEI.
- > Visando promover, através de instrumentos financeiros, a realização de investimentos em reabilitação urbana.
- > Com quatro grandes prioridades de intervenção:
 - Reabilitação e regeneração urbana, incluindo infraestruturas e equipamentos;
 - Eficiência energética e energia renovável em áreas urbanas;
 - Revitalização económica urbana, em especial PME e empresas inovadoras;
 - Disseminação de TIC em áreas urbanas, incluindo infraestruturas de banda larga e redes sem fios.

Fundo JESSICA como um piloto dos Instrumentos Financeiros 2014-2020

Encontra-se alinhado com outros instrumentos de política pública:

- Ef. Energética (ex. EcoAP)
- Reabilitação
 - Parcerias para a Regeneração Urbana
 - Áreas de Reabilitação Urbana
- É um produto multisetorial
 - Comércio, Turismo, Eq. Sociais, Mobilidade, Educação, ...

Montantes sob Gestão por Região (Milhões de €)

	Fundo JESSICA	Fundos de Desenvolvimento Urbano	TOTAL
		Alavancagem	
NORTE	61,0	82,0	143,0
BPI	46,0	46,0	92,0
CGD	15,0	36,0	51,0
CENTRO	28,8	74,3	103,0
CGD	28,8	74,3	103,1
LISBOA	11,0	11,0	22,0
TdP	11,0	11,0	22,0
ALENTEJO	24,2	32,7	56,9
BPI	18,0	18,0	36,0
CGD	6,2	14,7	20,9
ALGARVE	7,5	7,5	15,0
TdP	7,5	7,5	15,0
TOTAL	132,5	208,0	340,0

Produtos:

- BPI – Empréstimos subordinados
 - TdP – Empréstimos
 - CGD – Empréstimos e Capital
-
- Maturidades: até 20 anos (média de 16 anos)
 - Taxa de Juro: abaixo do valor de mercado (média de 3,7%)

Impactos dos Investimentos JESSICA

- > 26 projetos de investimento contratados até Outubro de 2013;
- > 36 projetos de investimento contratados até Outubro de 2013;
- > 15 projetos de investimento em negociação final;
- > 626 novos empregos diretos criados nos investimentos contratados;
- > 122 novos empregos diretos nos investimentos em *pipeline*;
- > 19 Municípios com investimentos JESSICA;
- > 80% dos promotores de investimento são privados (20% promotores públicos).

Diversidade Setorial dos Investimentos JESSICA

Património



Terreiro do Paço
Lisboa

Turismo



Praça da Ribeira
Porto

Equipamentos Sociais



Residência para 3ª Idade
Trofa

Comércio



Passeio dos Clérigos
Porto

Energia



Energia renovável
Évora

Empreendedorismo



Fundo Cidades de Portugal
Coimbra

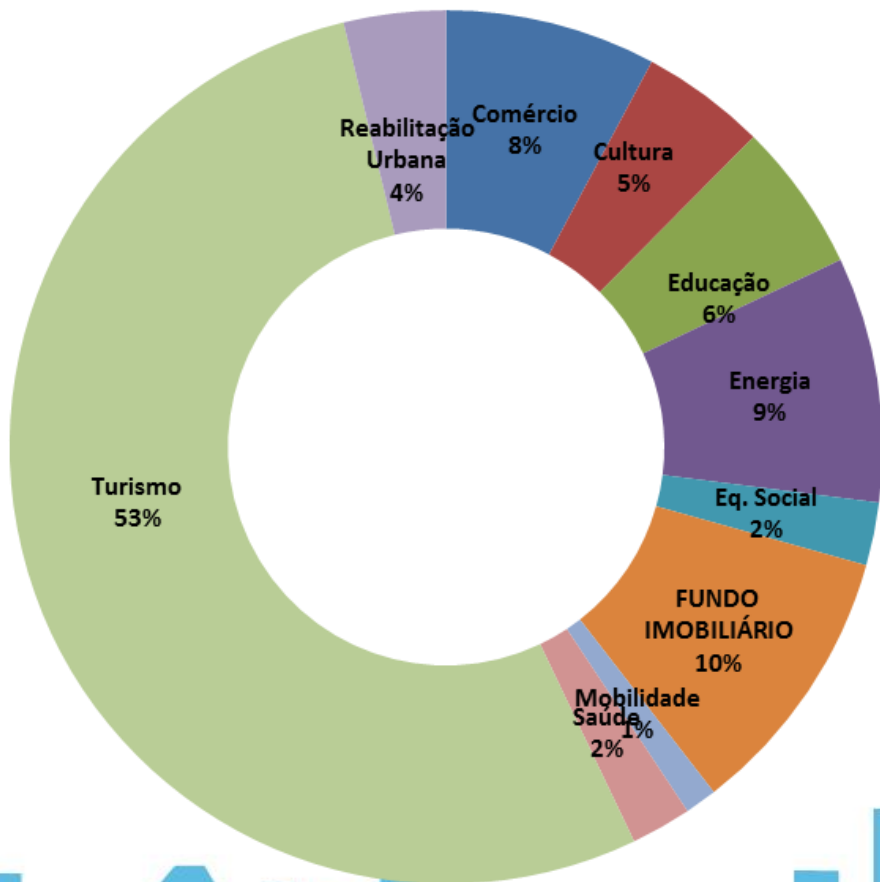
Cultura



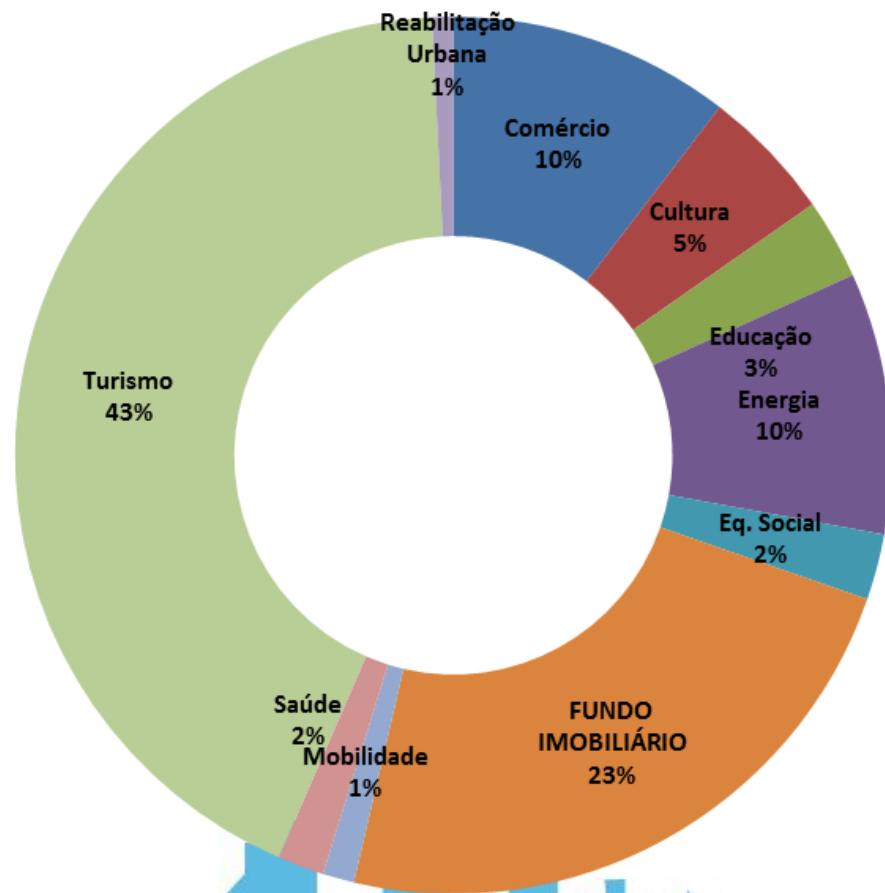
Fundação
Eugénio de Almeida
Evora

Diversidade Setorial dos Investimentos JESSICA

Investimento total



Total JESSICA



JESSICA em Portugal

Exemplos de projetos financiados

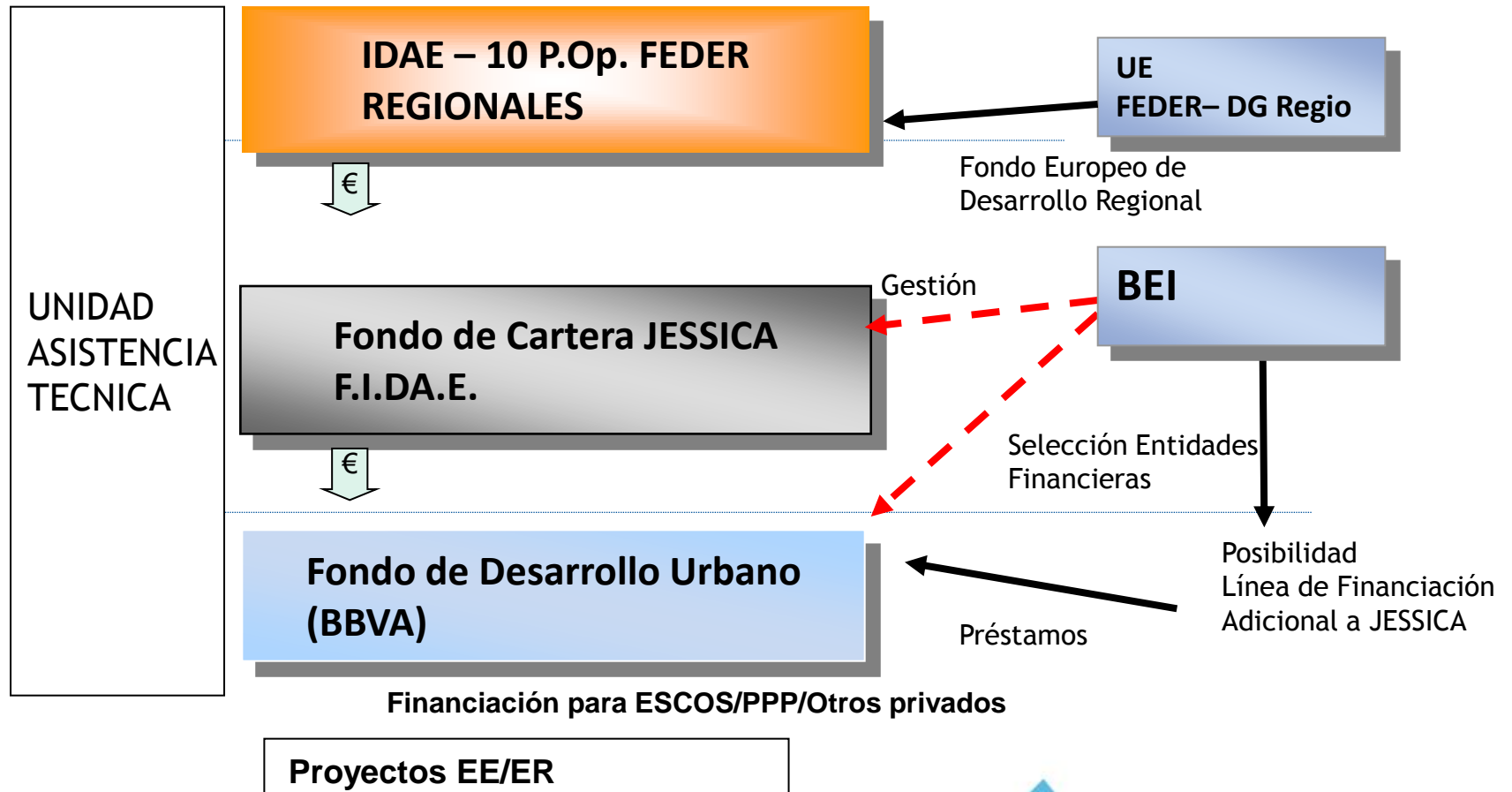
Setor	Descrição
Comércio	Espaço Restauração
Cultura	Espaço cultural
Eq. Social	Lar S.C. Misericórdia
Turismo	Hotel em edifício histórico
Turismo	Hotel em zona UNESCO - Pestana Porto Carlton
Turismo	Apartamentos turísticos/alojamento local
Saúde	Hospital – S.C. Misericórdia
Educação	Educação pós graduada - Porto Business School
Eq. Social	Lar terceira idade – promotor privado
Comércio	Ojas de comércio em zona histórica
Energia	Parque solar com efeito demonstrador e recuperação de aterro
FUNDO IMOBILIÁRIO	Fundo Cidades de Portugal
Comércio	Adaptação na Ala Nascente do Terreiro do Paço para espaços comerciais e o Lisbon Story Centre
Comércio	Reabilitação e dinamização económica do centro histórico pombalino de VRSA e Centro Comercial a Céu Aberto
Mobilidade	Construção de parque de estacionamento em centro urbano
Turismo	Pousada em edifício histórico

Outros projetos possíveis

Setor	Descrição
Energia	Iluminação Pública
Energia	Eficiência energética em equipamentos municipais (piscinas)
Ambiente	Equipamentos de gestão de resíduos urbanos
Energia	Programa Eco-AP
...	



Exemplo F.I.D.A.E. - Estrutura



Exemplo F.I.D.A.E. - Assistência técnica

TECHNICAL ASSISTANCE

- Technical unit provided by IDAE to prepare, implement and finance public sector investment programmes
- Help the municipalities to set-up investment in **street lighting and public buildings refurbishment** projects by 2015
- Projects identified and proposed by CC.AA. or local agencies
- Technical assistance includes **defining the technical specifications for the project and determining the financing structure. The technical assistance organizes the procurement for packages of investment projects.** This includes energy audits and tendering procedure preparation, but excludes at least for now feasibility and technical studies
- Technical assistance resources are currently available to support projects within all CC.AA.
- The level of penetration of technical assistance is uneven with some regions showing over demand (e.g. Andalucía, Extremadura, etc.) whereas others (i.e. Galicia, Canarias. Ceuta and Melilla) lagging behind

Desafios

- > Regras de elegibilidade FEDER;
- > Regulamento Específico de Energia;
- > Definição de [P.I.D.U.S.](#);
- > Risco do projeto/ novidade para bancos financiados e FDUs
- > Titularidade dos ativos
- > Peso dos empréstimos no balanço das ESSE ou das SPV por elas criadas
- ... outros?

Desafios

- São elegíveis os **projetos** enquadráveis nas prioridades referidas, com retorno positivo e que se insiram em PIDUS.
- Plano Integrado de Desenvolvimento Urbano Sustentável (**PIDUS**): conjunto coerente de ações, numa lógica integrada, que visem promover o desenvolvimento urbano sustentável,(...), designadamente:
 - i. Planos Diretores Municipais, Planos de Urbanização e Planos de Pormenor;
 - ii. Parcerias para a Regeneração Urbana e Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação (...) e programas de idêntica natureza promovidos por ou com o envolvimento de entidades públicas responsáveis por políticas de regeneração urbana;
 - iii. operações de reabilitação urbana definidas (p.ex) a coberto do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro (...);
 - iv. operações de reabilitação urbana desenvolvidas por empresas de regeneração urbana no âmbito do Decreto-Lei n.º 104/2004, de 7 de maio;
 - v. outras intervenções integradas aprovadas pelas respetivas edilidades camarárias, reconhecidas enquanto tal pela Direção Geral do Território ou CCDR da Região respetiva.



Agradeço a vossa atenção.